Ambicursos

# Questões comentadas para concursos

# Volume II

## LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

2024

*A todos aqueles que buscam deixar seu legado por um mundo mais ambientalmente saudável, economicamente viável e socialmente justo.*

# SUMÁRIO

**1. PREFÁCIO .....4**

**2. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE.....6**

**3. LEI DE CRIMES AMBIENTAIS .....48**

**4. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....86**

**5. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....98**

**6. CÓDIGO FLORESTAL..... 115**

**7. POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE.. 133**

**LEITURA OBRIGATÓRIA..... 135**

# 1

# PREFÁCIO

Olá concurseiro! Apresentamos a série "Questões Comentadas" do Ambicursos, onde fornecemos em cada livro 100 questões relacionados a um tema específico dos concursos voltados para Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária, Gestão Ambiental, Técnico em Saneamento e Técnico em Meio Ambiente.

Neste livro, discutiremos as leis e decretos ambientais mais importantes para os concursos públicos, explicando cada resposta de acordo com os artigos, incisos e parágrafos.

Como não podia deixar de ser, iniciamos com a **POLÍTICA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE**, onde discutimos sobre os seus princípios, objetivos e instrumentos; a composição do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA); definições relacionadas à poluição ambiental, recursos ambientais e degradação da qualidade ambiental; e as atividades potencialmente poluidoras.

Com esse conhecimento, discutiremos acerca da **LEI DE CRIMES AMBIENTAIS**, onde abordaremos o processo penal, a aplicação da pena, e os crimes contra a fauna, flora e outros crimes ambientais, apresentando ainda as alternativas que definem corretamente o tempo de detenção, e o valor da multa para vários crimes.

A **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL** é outra temática abordada neste livro. Discutiremos acerca das ações e projetos de Educação

Ambiental, educação ambiental forma e informal, e as formas de inserção da educação ambiental no processo educativo.

Você conhece a lei do SNUC? Então vamos testar seus conhecimentos em questões sobre o **SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**, comentando sobre as áreas de proteção ambiental; unidades de proteção integral e uso sustentável; plano de manejo; zonas de amortecimento e corredores ecológicos.

Outra lei bastante importante é o que estabelece o novo **CÓDIGO FLORESTAL**, onde discutiremos acerca a delimitação e regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente; delimitação e região de proteção das áreas de Reserva Legal, e regras de supressão e preservação da vegetação nativa.

Por fim, abordaremos a **POLÍTICA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE**, comentando sobre o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e Comissão Nacional de Biodiversidade.

Esperamos que este livro contribua para organizar seus estudos sobre a Legislação Ambiental brasileira, assunto tão recorrente nas provas de concurso, e um dos mais difíceis de lembrar na hora da prova. E não deixe de adquirir também os outros livros para se aproximar cada vez mais da aprovação!

Bons estudos, e boas provas!

Equipe Ambicursos

# 2

## POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1) (PREF. RIBEIRÃO DAS NEVES, 2015) Para se fortalecer como disciplina autônoma, o "jovem" Direito Ambiental brasileiro precisa ser construído sobre bases sólidas, que orientem e justifiquem a criação de novas regras. O Direito Ambiental Nacional deve se apoiar em princípios fundamentais.

Sobre os princípios que definem o Direito Ambiental Nacional, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I relacionando o tipo de princípio com sua caracterização.

COLUNA I
1. Princípio do desenvolvimento sustentável.
2. Princípio de poluidor pagador.
3. Princípio da participação.

COLUNA II
( ) Pressupõe o atendimento às necessidades presentes sem colocar em xeque o destino das futuras gerações.

**Princípio do desenvolvimento sustentável**

Está de acordo com a definição oficial de desenvolvimento sustentável reconhecido internacionalmente em 1972, na Conferência das Nações Unidades sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, Suécia.

( ) O responsável pelo estrago ambiental deve assumir os custos do seu reparo.

**Princípio do poluidor-pagador**

O princípio do poluidor-pagador consiste em obrigar o poluidor a arcar com os custos da reparação do dano por ele causado ao meio ambiente.

( ) Os órgãos ambientais e o cidadão devem estar envolvidos com as atividades de preservação.

**Princípio da participação**

Este princípio prevê a participação toda a sociedade na preservação ambiental.

Assinale a sequência CORRETA.
(A) 1, 2 e 3.
(B) 2, 3 e 1.
(C) 3, 2 e 1.

(D) 2, 1 e 3.

**Alternativa Correta – Letra A**

Este princípio prevê a participação toda a sociedade na preservação ambiental.

---

2) (PREF. BOM DESPACHO, 2015) É o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
Responda de acordo com o texto acima:

(A) Resíduos Sólidos;
(B) Meio Ambiente;
(C) Engenharia Ambiental;
(D) Equilíbrio Ecológico.

**Alternativa certa - Letra B**

Definição de meio ambiente dada pelo Inciso I do Art.3º da Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

---

3) (SCPAR, 2014) De acordo com a legislação ambiental entende-se por:

1. Meio Ambiente: o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

**VERDADEIRO**

Definição dada pelo Inciso I do Art. 3º da PNMA.

2. Degradação da qualidade ambiental: a alteração natural das características do meio ambiente ao longo do tempo.

**FALSO**

A definição correta de degradação ambiental dada pelo Inciso II do Art. 3º da PNMA é "degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente".

3. Poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população.

**VERDADEIRO**

Definição dada pelo Inciso III do Art. 3º da PNMA.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

(A) É correta apenas a afirmativa 1.
(B) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
(C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
(D) São corretas apenas as afirmativas 2 e 3.
(E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

**Alternativa certa - Letra C**

---

4) (PREF. ALMEIRIM, 2009) A Constituição Federal estabelece a exigência de estudo prévio de impacto ambiental, para obras ou atividades,

(A) potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente.
(B) potencialmente causadoras de poluição ambiental.
(C) passíveis de licenciamento ambiental.
(D) modificadoras do meio ambiente.

**Alternativa certa - Letra A**

Alternativa de acordo com o Incisco IV do Art. 225 da Constituição Federal.

---

5) (PREF. NOVO REPARTIMENTO, 2014) Analise as seguintes atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais:

**I.** produção de material cerâmico;
**II.** fabricação de artefatos de material plástico;
**III.** fabricação de estruturas de madeira;
**IV.** produção de concreto.

São considerados pela Política Nacional de Meio Ambiente com pequeno potencial de poluição e/ou grau de utilização de recursos naturais os itens:

(A) I e II;
(B) II e III;
(C) II e IV;
(D) I, II e III.

**Alternativa certa - Letra C**

De acordo com o Anexo VIII da PNMA, a fabricação de artefatos de material plástico e a produção de concreto são considerados como de pequeno potencial poluidor, enquanto que a produção de material cerâmico e a fabricação de estruturas de madeira são de médio impacto.

---

6) (PREF. TIJUCAS DO SUL, 2015) São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, exceto:

(A) O estabelecimento dos padrões de qualidade ambiental.

**VERDADEIRO**

Estabelecido no Inciso I do Art. 9º da PNMA.

(B) A instalação de equipamentos voltados para melhoria da qualidade ambiental.

**FALSO**

O instrumento correto, de acordo com o Inciso V da PNMA é "os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

(C) A avaliação de impactos ambientais.

**VERDADEIRO**

Estabelecido no Inciso III do Art. 9º da PNMA.

(D) O Zoneamento ambiental.

**VERDADEIRO**

Estabelecido no Inciso II do Art. 9º da PNMA.

---

7) (PREF. JURITI, 2010) A Política Nacional de Meio Ambiente, instituída pela Lei Nº 6.938, de 1981, estabelece, entre seus **princípios**

(A) o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras.

**FALSO**

É um instrumento da PNMA.

(B) o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental.

**FALSO**

É um instrumento da PNMA.

(C) a avaliação de impactos ambientais.

**FALSO**

É um instrumento da PNMA.

(D) a recuperação de áreas degradadas.

**VERDADEIRO**

Estabelecido como um princípio no Inciso VIII do Art. 2º da PNMA.

---

8) (PREF. JURITI, 2010) O órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com a função de